

ANÚNCIO DE ABERTURA DE PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

N.º 006 / TAGUS/ 10213 / 2021

DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

(Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, Portaria n.º 249/2016 de 15 de Setembro, Portaria n.º 238/2017, de 28 de julho, Portaria n.º 46/2018, de 12 de Fevereiro, Portaria n.º 214/2018, de 18 de julho e Portaria n.º 303/2018 de 26 de novembro e Portaria n.º 133/2019 de 9 de maio, Portaria n.º 250/2019, de 8 de agosto e Portaria n.º 338/2019, de 30 de setembro)

A submissão de candidaturas é efetuada entre 25 de Junho (17:00:00) e 30 de julho (16:59:59) de 2021 ao abrigo do disposto na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na versão republicada pela Portaria 133/2019, de 9 de maio, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2. do PDR 2020, na tipologia referida na alínea c) do seu art.º 2.º.

Nos termos do artigo 52.º da Portaria supra identificada, são os seguintes os termos e condições aplicáveis ao presente Anúncio:

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS

As candidaturas apresentadas devem prosseguir os seguintes objetivos:

- a) Estimular o desenvolvimento, nas explorações agrícolas, de atividades que não sejam de produção, transformação ou comercialização de produtos agrícolas previstos no anexo I do TFUE, criando novas fontes de rendimento e de emprego;
- b) Contribuir diretamente para a manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar, a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

2. TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES A APOIAR

A tipologia de intervenção a apoiar respeita a investimentos em atividades económicas não agrícolas nas explorações agrícolas cujo custo total elegível, apurado em sede de análise, seja igual ou superior a 10 000 EUR e inferior ou igual a 200 000 EUR.

As atividades económicas elegíveis são as seguintes:

1. Unidades de alojamento turístico nas tipologias de turismo de habitação, turismo no espaço rural nos grupos de agroturismo ou casas de campo, alojamento local, parques de campismo e caravanismo e de turismo da natureza nas tipologias referidas – CAE 55202; 55204; 553; 559 apenas no que diz respeito a alojamento em meios móveis; 55201.
2. Serviços de recreação e lazer – CAE 93293; 91042; 93294

3. Outras CAE a definir pelos GAL em sede de avisos de abertura dos concursos, com exceção da CAE 03. (16; 20141, 204, 23411; 47250; 47293; 56101; 56104; 5630; 82300; 85510; 93192; 9604;96092.)
4. Nas CAE da divisão 01 são elegíveis as atividades dos serviços relacionados com a agricultura (01610) ou com a silvicultura e exploração florestal (024).

3. ÁREA GEOGRÁFICA ELEGÍVEL

A área geográfica correspondente ao território de intervenção do GAL TAGUS - Associação para o Desenvolvimento do Ribatejo Interior, a saber:

- Concelho de Abrantes;
- Concelho de Constância;
- Concelho de Sardoal.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental total é de 150.000,00 EUR.

5. NÚMERO MÁXIMO DE CANDIDATURAS ADMITIDAS POR BENEFICIÁRIO

Apenas se admite uma candidatura por beneficiário durante a vigência temporal do presente anúncio.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os candidatos ao presente apoio e os investimentos propostos devem reunir as condições de admissibilidade exigidas nos artigos 21.º, 22.º e 23.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual.

7. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E RESPECTIVOS FACTORES, FÓRMULAS, PONDERAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram os critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações, previstos nos artigos 21.º, 22.º e 23.º da Portaria supra identificada, são selecionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação.

A metodologia de apuramento da Valia Global da Operação utilizada para a seleção e hierarquização dos pedidos de apoio assenta na aplicação da seguinte fórmula:

$$VGO = 0.15 \times PT + 0.15 \times PUE + 0.20 \times TIR + 0.45 \times EDL + 0.05 \times AFJER$$

PT - Criação líquida de postos de trabalho

Pontuação atribuída em função de a candidatura prever, ou não, a criação líquida de postos de trabalho, de acordo com a definição da alínea f) do art.º 4.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual.

PUE - Candidatura com investimento relacionado com proteção e utilização eficiente dos recursos

Atribuída em função de serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem a proteção e ou melhoria na eficiência de utilização dos recursos nos termos da OTE n.º 29/2016.

TIR - Taxa Interna de Rentabilidade

Atribuída em função de o projeto de investimento apresentar uma Taxa Interna de Rentabilidade igual ou superior no mínimo a 1,5%

EDL - Nível de contribuição da candidatura para os objetivos da EDL

EDL - Contributo da candidatura para os objetivos da EDL.

Atribuído em função de maior ou menor contributo para a valia da EDL determinado pela seguinte fórmula:

$$EDL = 0,30 \times ND + 0,30 \times EMP + 0,40 \times AEO$$

ND - Negócios em desenvolvimento

EMP- Empreendedorismo jovem e qualificado

AEO-Atividades Económica da operação

Em que:

Sub critério	Pontuação	
ND - Negócios em desenvolvimento	A candidatura visa o desenvolvimento de uma nova atividade económica (inscrita nas finanças há menos 6 meses), e o beneficiário encontrar-se legalmente constituído há menos de 5 anos. Verificado através da declaração de Início/Alteração de Atividade e Certidão Permanente quando aplicável.	20
	A candidatura visa o desenvolvimento de uma nova atividade económica (inscrita nas finanças há menos 6 meses), e o beneficiário encontrar-se legalmente constituído há mais de 5 anos. Verificado através da declaração de Início/Alteração de atividade e Certidão Permanente quando aplicável.	10
	A candidatura não visa o desenvolvimento de uma nova atividade económica (inscrita nas finanças há mais de 6 meses), e o beneficiário encontrar-se legalmente constituído há menos de 5 anos. Verificado através da declaração de Início/Alteração de atividade e Certidão Permanente quando aplicável.	5
	A candidatura não visa o desenvolvimento de uma nova atividade económica (inscrita nas finanças há mais de 6 meses), e o beneficiário encontrar-se legalmente constituído há mais de 5 anos. Verificado através da declaração de Início/Alteração de atividade e Certidão Permanente quando aplicável.	0
EMP- Empreendedorismo jovem e qualificado	<p>Empreendedorismo jovem- candidaturas apresentadas por beneficiários com idade inferior a 40 anos, à data da submissão da candidatura ou, no de sociedades, quando pessoa(s) dentro do grupo etário detêm, direta ou indiretamente, uma participação no capital social igual ou superior a 50% ou quando exerçam funções de gerência.</p> <p>e</p> <p>Empreendedorismo qualificado- candidaturas apresentadas por beneficiários com nível de qualificação igual ou superior a VI diretamente associadas à atividade da operação (de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações disponível em www.catalogo.anqep.gov.pt/Home/QNQ) ou, no caso de sociedades, quando pessoa(s) com esse nível de qualificação detêm, direta ou indiretamente, uma participação no capital social igual ou superior a 50% ou quando exerçam funções de gerência.</p> <p>Comprovado através de documento de identificação e certificado de habilitações dos beneficiários</p>	20
	Cumprir com um dos seguintes critérios: Empreendedorismo jovem ou Empreendedorismo qualificado	10
	Não cumprir com os critérios do Empreendedorismo jovem nem com os critérios do Empreendedorismo qualificado	0

AEO-Actividades Económica da operação De acordo com a tipologia das intervenções a apoiar previstas no ponto 2 do aviso 005/TAGUS/ 10213/2020	CAE prioritários no âmbito da ELD associados à tipologia de intervenção: 16101; 1629; 20141; 47250; 55202; 55204; 56101;56104; 82300; 93293; 93294;	20
	Outros CAE indicados na tipologia das intervenções a apoiar previstos no ponto 2 do aviso 001/TAGUS/ 10213/2016	0

AFJER - Candidatura apresentada por pessoa singular ou coletiva reconhecida com o estatuto de agricultor familiar ou de jovem empresário rural.

Atribuída em função do promotor ter submetido reconhecimento a um dos dois estatutos referidos, condicionado à sua aprovação.

Ponderação mínima de 5%

Aos critérios de seleção indicados será atribuída a pontuação de 20 ou 0, em função de o promotor cumprir ou não cada um dos critérios de seleção, e uma pontuação entre 20 e 0 para o critério de seleção EDL.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas entre si de acordo com os seguintes critérios

- 1º - Candidatura com maior número de postos de trabalho a criar;
- 2º - Candidatura com maior pontuação no critério EDL;
- 3º - Candidatura com maior valor da TIR;
- 4º - Ordem de receção de candidatura no sistema de informação.

As candidaturas que não obtenham a pontuação mínima de dez pontos são indeferidas.

8. FORMA, NÍVEL E LIMITES DOS APOIOS

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável até ao limite máximo de 150 000 EUR de apoio por beneficiário, durante o período de programação.

O nível de apoio a conceder no âmbito do presente período de apresentação de candidaturas, com base no custo total elegível, apurado em sede de análise, dos investimentos propostos na candidatura, em percentagem, é de 40% sem criação líquida de postos de trabalho e 50% com

criação líquida de postos de trabalho, conforme definido no Anexo VIII da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual.

9. DESPESAS ELEGÍVEIS E NÃO ELEGÍVEIS

Com exceção das despesas referidas no n.º 1 do anexo VII, da Portaria citada, apenas são elegíveis as despesas efetuadas após a data de submissão da candidatura.

As despesas elegíveis e não elegíveis são, designadamente, as constantes do Anexo VII da mesma Portaria.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas são submetidas através de formulário electrónico disponível no sítio no portal do Portugal 2020 em www.portugal2020.pt, do PDR2020 em www.pdr-2020.pt ou no sítio do GAL em www.tagus-ri.pt e estão sujeitos a confirmação por via eletrónica a efetuar pela entidade recetora.

11. MEIOS DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

O presente Anúncio e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica que inclui a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020, em www.portugal2020.pt, no portal PDR 2020 em www.pdr-2020.pt e no sítio do GAL em www.tagus-ri.pt, podendo ainda ser obtidos esclarecimentos junto do GAL TAGUS através do endereço tagus2020@tagus-ri.pt, ou pelo telefone +351 241 106 000.

O presente Anúncio é ainda publicitado em dois órgãos de comunicação social.

Abrantes, 17 de Junho de 2021

O Presidente do Órgão de Gestão

Manuel Jorge Seneca da Luz Valamatos dos Reis